

PROJETO CIDADES DA COPA: movimento pelo legado esportivo dos megaeventos esportivos

Rodrigo Pajar Paiva¹
Adriano José Rossetto Junior²

RESUMO

A realização de megaeventos esportivos se configura como uma oportunidade excepcional para o fomento de práticas esportivas nas cidades-sede. Para que este legado positivo aconteça é necessário que seja previamente planejado, executado e monitorado. Este estudo teve como objetivos apresentar a estrutura nacional do Projeto Cidades da Copa e analisar os resultados obtidos em seis cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Os resultados demonstraram que o legado social e esportivo não foi planejado pelos Gestores Públicos e não existem sistemas de controle e avaliação do esporte em nenhuma das cidades-sede, até a realização do Projeto Cidades da Copa.

Palavras-chaves: Megaeventos esportivos; Copa do Mundo FIFA 2014; Legado esportivo.

-
- 1 Doutorando em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Trabalha no Instituto Esporte e Educação. Atua também em cursos de Pós-Graduação nas Universidades FMU (São Paulo); FEFISO/ACM (Sorocaba); Gama Filho/Central de Cursos (Brasil). Coordena o Curso de Educação Física da Faculdade Mario Schenberg (Cotia/SP). São Paulo, Brasil. E-mail: rgo.paiva@ig.com.br
 - 2 Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenador Pedagógico da OSCIP Instituto Esporte e Educação. São Paulo, Brasil. E-mail: adrianorossettojr@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O esporte é um dos fenômenos de cultura de massa preferidos do brasileiro, mas certamente nunca foi tão discutido/debatido a no país.

O Brasil sediará no curto intervalo de dois anos, os maiores megaeventos esportivos do planeta, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016. Desde o anúncio de que o país fora eleito como sede dos eventos o tema passou a fazer, ainda mais, parte do cotidiano do povo brasileiro, deixando de ser discutido apenas nas esquinas, nas bancas de jornal, nos bares, nas portas dos estádios, nas manhãs de segunda-feira na rotina dos trabalhadores e passou a ser debatido também no parlamento, nos escritórios das grandes corporações e nas reuniões de governantes nas esferas, municipal, estadual e federal. Os assuntos são os mais variados. As possibilidades de o país vencer a Copa e tornar-se o único heptacampeão da Copa do Mundo; A posição que o país assumirá no quadro de medalhas dos jogos olímpicos; O investimento em esportes; a “**cartolagem**”, e entre tantos outros. Indiscutivelmente uma questão perpassou a maior parte destas conversas: qual será o legado deixado por estes megaeventos esportivos?

O primeiro passo, portanto, é compreendermos à que se referem os tão usados termos legado e esporte.

Segundo Dacosta (2008) e Filgueira (2008), legados são produções deixadas pelas pessoas. O que determinará a amplitude dos benefícios e dos prejuízos, dos ônus e bônus, ganhos e perdas destas produções será a conduta das pessoas que com elas se comprometam. De acordo com este conceito, o planejamento e comprometimento

com a consecução do legado dependem exclusivamente das atividades humanas e não acontecem por acaso, naturalmente.

Quanto ao conceito de esporte, atualmente não se pode compreendê-lo de maneira única. Conforme Bento (1997), Betti (1998) e Gaya (2000) o esporte é plural e polissêmico. O esporte tornou-se diverso e, portanto, complexo. Deve ser entendido como patrimônio cultural da humanidade dinâmico, porque é criado, transmitido e transformado pelo homem ao longo dos tempos.

A ampliação da abrangência e conceito do esporte e suas implicações originaram reflexões sobre o fenômeno esporte e suas dimensões sociais, econômicas, políticas, educacionais e artísticas, nas décadas de 1960-1970, em razão das diversas ações e movimentos esportivos no mundo, como o Movimento Esporte para Todos, as políticas esportivas dos Estados de Bem Estar Social, o crescimento da ciência e tecnologia esportiva, devido aos altos investimentos no desenvolvimento do treinamento esportivo por diversos países, a associação do esporte com a mídia, sua transformação em produto e o alto investimento no esporte realizado nas ditaduras militares, que alteraram muito os valores do esporte (PRONI, 2002).

O reconhecimento dos impactos e repercussões sociais do esporte impeliu os governos, na última metade do século XX, a abrangerem-no como “negócio” de Estado. O esporte torna-se negócio do Estado e cada país deve definir estruturas organizativas, políticas, programas, leis e recursos específicos e significativos para o desenvolvimento do esporte (PILATTI, 1999).

Não obstante, o esporte recebeu críticas, como as de Brohm (1978), que

apoiado em Althusser e no conceito dos aparelhos ideológicos de Estado, considera a instituição esportiva como parte destes e que dispõe de uma autonomia relativa exercendo, antes de tudo, uma função: inculcar a ideologia do rendimento físico. Adorno (1995, p79.) também critica o esporte pela violência, culto a obediência, autoritarismo e ao sofrimento. “Ao esporte pertence não apenas o impulso à violência, mas também a suportá-la e tolerá-la”.

As transformações e as relações do campo esportivo com o Estado, com a implantação de políticas esportivas para a educação, saúde e lazer geraram críticas e discussões por parte de intelectuais e de organismos internacionais, sobre: amadorismo e profissionalismo; ética e mercantilismo; utilização política; uso de drogas; exploração de atletas; “inculcação” de valores políticos ideológicos; especialização precoce; manipulação da massa e ópio do povo, entre outras.

Assim, a UNESCO, considerando todas as polêmicas e discussões em torno do esporte, organizou, em 1976, a Primeira Conferência dos Ministros e de Altos Funcionários da Educação Física e do Esporte. As reflexões acarretaram a elaboração da Carta Internacional de Educação Física e Esportes, ligando estas atividades à Carta das Nações Unidas, com a Declaração dos Direitos Humanos e afirmando que a Educação Física e o Esporte devem reforçar a ação formativa e favorecer os principais valores humanos (UNESCO, 1976).

O documento da UNESCO compreendeu a pluralidade do conceito de esporte, entendendo que existem manifestações do fenômeno esporte, quais sejam, esporte **performance** ou alto-rendimento; esporte lazer ou participação e esporte

educacional ou social ou para todos, que também são mencionadas na Constituição Federal Brasileira e reafirmadas por diversos autores, como Bracht (1997), Korsakas e Rose Junior (2002) e Tubino (2010).

A partir da carta Magna constata-se o dever do Estado em garantir à sociedade – independentemente da condição socioeconômica, credo, raça, biótipo e de seus distintos segmentos – o acesso ao Esporte e ao Lazer, sendo explicitada a prioridade ao fomento do esporte educacional.

Conforme Tubino (2010), no Brasil é responsabilidade pública assegurada pelo Estado, o fomento do esporte educacional/ para todos, dentro ou fora da escola, tendo como finalidade democratizar e gerar cultura esportiva, desenvolvendo o indivíduo em relações sociais recíprocas e com a natureza, a sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária.

Entretanto, o relatório do Instituto Brasileiro de Pesquisa (IBOPE) apontou que 30% das escolas públicas brasileiras não possuem espaço destinado a Educação Física – na zona rural chega a 50% e no Nordeste aumenta para 51% (Revista EF, 2012). Este dado denuncia o paradoxo entre o pressuposto na legislação e na literatura brasileiras e a realidade encontrada no cenário nacional.

Diante deste contexto de multiplicidade das manifestações do fenômeno esportivo, do desencontro entre o que se pretende como política de fomento ao esporte e o real oferecimento de condições de realização, o Brasil venceu a candidatura para tornar-se sede dos dois maiores megaeventos esportivos: Copa do Mundo de Futebol FIFA e Jogos Olímpicos.

A realização destes megaeventos esportivos no Brasil poderia se configurar na abertura de uma janela de oportunidades inédita para o fomento da prática esportiva no país. Diversas melhorias no fomento, na construção e qualificação de estruturas físicas, equipamentos e materiais esportivos, formação e qualificação de recursos humanos para a garantia do direito ao acesso universal, entre tantas outras, poderiam fazer parte do conjunto de realizações, impactos e legados dos megaeventos esportivos, especificamente da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

Parece obvio, mas vale ressaltar. Não basta que se realizem os megaeventos esportivos para que as mudanças pretendidas e supracitadas aconteçam, elas devem ser previamente planejadas, principalmente as mudanças sociais. Preuss (2008) afirma que para uma maior efetividade dos legados de um megaevento esportivo é essencial que o planejamento de ações se inicie durante o processo de candidatura.

Quando da candidatura de uma cidade para a realização de um megaevento, seja ele em qualquer área ou dimensão (cultural, religiosa, tecnológico, esportivo, entre outras), parece razoável imaginar que um dos legados previstos seria imediatamente a cidade eleita fomentar de maneira maciça a adoção de tal cultura/costume vinculado ao evento.

No caso de um megaevento esportivo, há de se considerar que a partir da definição da cidade eleita, a população seria, indiscutivelmente, estimulada a praticar mais esportes, adotar um estilo de vida ativo e incorporar as atividades de lazer e esportivas ao cotidiano da metrópole.

Os legados de megaeventos esportivos são elementos indissociáveis da

política pública e da função precípua do Estado, qual seja, de assegurar os direitos sociais fundamentais a todos os cidadãos, com qualidade, equidade e universalidade. Essa deve ser a referência básica que suporta toda a estratégia de promoção de megaeventos e, por consequência, de seus legados.

O projeto de uma sociedade socialmente justa, democrática, que assegure a garantia dos direitos à prática do esporte pelos cidadãos deve ser a referência para o debate acerca da importância dos legados de megaeventos esportivos (FILGUEIRA, 2008).

Este estudo teve como objetivos verificar se, e em que medida, as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 planejaram um legado social e esportivo aproveitando a realização do megaevento como estratégia de fomento à prática esportiva cotidiana e, simultaneamente, apresentar as ações do Projeto Cidades da Copa que tem como desígnio a discussão nacional sobre a garantia do direito ao acesso de todos os cidadãos às práticas esportivas.

O PROJETO CIDADES DA COPA

Os grandes eventos esportivos fascinam a humanidade há muitos anos, sejam eles os Jogos Olímpicos, Copas do Mundo de futebol, campeonatos pan-americanos, dentre outros. Tais eventos sem dúvida podem ser considerados fenômenos de popularidade e elementos da indústria cultural.

A realização do megaevento Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil abriu um grande debate que divide opiniões. Há os que acreditam e anunciam que a Copa do Mundo trará inúmeros benefícios nas áreas de mobilidade urbana, fluxos de interações, desenvolvimento tecnológico,

segurança, urbanismo, aprimoramento da mão-de-obra de serviços especializados, ampliação do universo cultural, incremento do turismo e projeção das cidades-sede, entre tantos outros benefícios ocasionais. (ESTENDER, VOLPI E FITTIPALDI, 2011).

Há, ainda, os mais céticos que consideram a Copa como uma válvula de escape para a corrupção em obras superfaturadas, investimento em estruturas dos estádios que ficarão obsoletos e extremamente inviáveis do ponto de vista de manutenção após a realização dos jogos, a metamorfose do perfil de torcedor que frequenta os estádios em decorrência dos altos valores cobrados nas novas arenas. Enfim, o que se pode verificar são inúmeras percepções sobre a realização da Copa FIFA no Brasil.

Não restam dúvidas de que todos os investimentos financeiros em infraestrutura, meios de transporte, edificações, estádios, aeroportos, comunicação e segurança dentre tantos outros que não se esgotariam aqui, são legados importantes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. Porém, o Brasil necessita e a sociedade civil espera e busca impactos sociais para além da estrutura física, como saúde, educação, moradia, saneamento básico, segurança, **esporte**, entre outros, que fazem parte do conjunto de direitos constitucionais do cidadão brasileiro.

No intuito de discutir e buscar garantir um legado social e esportivo da Copa do Mundo FIFA 2014 para o Brasil, o Instituto

Esporte e Educação³ criou e estruturou o Projeto Cidades da Copa. O projeto foi desenvolvido nas cidades de Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, todas estas sediarão o megaevento esportivo em questão.

O Projeto Cidades da Copa é financiado pela Lei de Incentivo ao Esporte, do Ministério dos Esportes, e pretende a partir da janela de oportunidades originada pelos megaeventos esportivos, discutir, refletir, articular, propor e documentar a proposta de construção de um legado social e esportivo, com a mobilização e participação do poder público, iniciativa privada, terceiro setor, universidades e sociedade civil, que transcenda os aspectos relacionados à infraestrutura, comunicação e transporte.

O Projeto Cidades da Copa, faz parte do Movimento pelo Legado Social dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíada/Paraolimpíada de 2016), apoiado pela REMS (Rede de Esporte pela Mudança Social), pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pelo Atletas pela Cidadania/pelo Brasil⁴. Pretende contribuir com os esforços do País, previstos no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, para a construção do legado da Copa do Mundo de 2014, garantindo a todos e todas o direito ao esporte e, por meio da prática esportiva, os direitos à educação e ao desenvolvimento pleno.

Para isso, os governos e organizações da sociedade civil das cidades-sede

3 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público fundada no ano de 2001 e presidida pela ex-atleta olímpica e empreendedora social Ana Beatriz Moser.

4 Alguns membros são: Ana Moser (Presidente), Giovane, Ida, Joaquim Cruz, Patrícia Medrado e Raí, Bernardino, Cafú, Dunga, Fernando Meligeni, Fernando Scherer, Flávio Canto, Gustavo Borges, Hortência, Lars Graef, Leonardo, Luisa Parente, Magic Paula, Rogerio Ceni, entre outros. Recentemente alterou o nome de Atletas pela Cidadania para Atletas pelo Brasil.

foram convidados a participar do projeto por meio de diagnóstico da realidade esportiva e elaboração de um Plano de Ação Municipal pelo Esporte para Todos.

Existem quatro objetivos que perpassam todas as cidades-sede:

- Identificar programas e projetos existentes no município, diagnosticando as potencialidades e desafios;
- Contribuir para elaboração de um plano de ação de esporte para todos em cada cidade-sede da Copa;
- Apoiar a constituição do Comitê do Legado Social da Copa 2014.
- Construir uma rede para discussão e disseminação do esporte como direito, nas cidades-sedes da Copa do Mundo;

Destes objetivos desdobram-se algumas metas nacionais:

- Elaborar um Plano de Ação Municipal de Esporte para Todos;
- Realizar uma apresentação pública do plano elaborado;
- Dobrar o número de praticantes de esportes e exercícios físicos na cidade-sede;
- Universalizar o acesso à Educação Física escola na cidade-sede.

De acordo com as peculiaridades encontradas devido ao contexto, as expectativas, potencialidades, estruturas, equipamentos, recursos financeiros e humanos, entre outras, cada cidade elabora um conjunto de metas e objetivos de um legado social e esportivo.

O projeto prevê a realização de três encontros.

As ações iniciam com a mobilização de mídia pelos membros da Atletas pela Cidadania/pelo Brasil e das instituições locais para o lançamento do Projeto Cidades da

Copa. Autoridades locais, como prefeitos, secretários municipais, acadêmicos, atletas de renome internacional, UNICEF, representantes do setor privado, terceiro setor e sociedade civil participam do lançamento oficial, marcado pela realização de um debate sobre os legados sociais dos megaventos. A seguir são realizadas discussões e formações sobre as manifestações do esporte (rendimento, lazer e educação), legado, políticas públicas e monitoramento de informações sobre esportes.

O segundo encontro é caracterizado pela compreensão dos elementos constituintes de um plano de ação, quais sejam, objetivos gerais e específicos, metas, estratégias e mecanismos de avaliação (indicadores e instrumentos). Todo o processo de elaboração do documento é pautado nas informações do diagnóstico, iniciado no primeiro encontro. Neste momento são convidados professores universitários, representantes de clubes e federações, funcionários das secretarias de esportes, saúde, educação, obras, turismo, professores de educação física do município e toda a sociedade que se relaciona com a área esportiva. Esta etapa se encerra com a articulação da sociedade local para a apresentação pública do encontro seguinte.

A etapa final é a entrega oficial do Plano de Ação elaborado às autoridades presentes no lançamento e, quando possível, aos vereadores da cidade-sede, como iniciativa dos três setores da sociedade na busca de um legado social e esportivo da Copa FIFA no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira fase do projeto Cidades da Copa compreendeu as cidades do

sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), sul (Curitiba e Porto Alegre) e centro-oeste (Brasília).

Foram realizadas três etapas em todas as cidades-sede, conforme plano previsto no Projeto.

Participaram em todas as etapas 755 pessoas, dos setores público, privado, ONGs e Oscips e sociedade civil, representando 281 instituições.

Tabela 1: Total de participantes e instituições por cidade-sede da Copa do Mundo FIFA 2014

Cidades-sede	Nº de participantes	Nº de instituições
Belo Horizonte – BH	86	46
Brasília – BSB	239	73
Curitiba – CUR	103	29
Porto Alegre – POA	149	46
Rio de Janeiro – RJ	29	31
São Paulo – SP	149	56

Uma primeira análise pertinente diz respeito aos dados de execução do projeto Cidades da Copa. A seguir serão apresentadas ao leitor algumas interpretações que contribuem para uma melhor compreensão dos números.

Os dados acima correspondem à somatória das três etapas. Com exceção do Rio de Janeiro, em que alguns participantes representaram mais de uma instituição, o número de instituições em todas as cidades-sede é sempre inferior ao número de participantes, uma vez que há a participação frequente de mais de um membro por instituição, ainda que não simultaneamente.

Se por um lado o maior número de pessoas participando por instituição representou amplitude de perspectivas, diversidade de interesses, mais pontos de vista e de análise, por outro, significou também que as discussões eram sempre reiniciadas por haver uma notada ruptura quando da substituição de quaisquer participantes ou instituições. Muito menos estas do que aqueles. Segundo Dagnino (2002), um dos

principais impedimentos da participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas é o baixo nível de preparo técnico. Esta rotatividade de públicos pode perpetuar a condição de segregação das pessoas, mas não das instituições que se qualificam por aglutinar os saberes de todos os que participaram.

Outro ponto fundamental quanto à relação participantes / instituições diz respeito a etapa do projeto e a representatividade do participante dentro da instituição que representa.

A primeira etapa do projeto, lançamento oficial, foi marcada em todas as cidades pela presença dos gestores públicos (prefeitos e vice-prefeitos, secretários municipais e estaduais de educação, saúde, turismo, esporte e lazer, juventude, Secretarias da Copa do Mundo) entidades do terceiro setor (Instituto Esporte e Educação, Fundação Gol de Letra, Instituto passe de mágica, Instituto Barrichelo Kanaan, Rede de Esporte pela Mudança Social, SESC, SESI), da mídia (CBN, Rádio Globo, Rede

Globo de Televisão), de atletas renomados que contribuem para uma ressignificação social do papel do esporte (Atletas Pelo Brasil – Ana Moser, Hortência, Ricarda Lima, Joao Viana PIPOCA, Ricardo Vidal, Carmem de Oliveira, Raí Oliveira, Ida), acadêmicos relacionados ao estudo do esporte como fenômeno social (USP, PUC, UFPE, UPE, UFMG, UNB), entre outras autoridades.

Era esperado que representantes de diversos setores sociais participassem do lançamento do projeto, mas de forma especial, os gestores públicos e secretários que estabelecem relações diretas com as metas do projeto de garantir a democratização do esporte educacional nas escolas públicas.

A etapa seguinte, caracterizada pela elaboração do Plano de Ação de esportes para todos, que previa um conjunto de objetivos, metas e estratégias para a democratização do acesso ao esporte educacional, contava com a presença rotativa de representantes das instituições, conforme já mencionado. A mudança de público da primeira para a segunda etapa explicitava uma primeira dificuldade, qual seja, garantir representatividade no documento elaborado. Obviamente que não se pretendia que os gestores públicos, atletas e autoridades elaborassem o documento na segunda etapa, mas o afastamento do campo acadêmico/universitário, do apoio da imprensa e de representantes do escalão diretivo das instituições, exigiu esforços dos presentes para garantir a representatividade de todos os interesses sociais no plano.

Vale ressaltar que, paradoxalmente, este fato é depreciativo e potencializador. Depreciativo porque o Projeto previa uma participação ampliada, ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto, de setores privados, clubes, federações, representantes

do esporte de rendimento e lazer, do poder público e de diferentes setores da sociedade esportivizada, como Ongs, Oscips, Sistema S, entre outros, e alguns desses não se fizeram presentes em alguns locais ou momentos, diminuindo a possibilidade de diálogo. Potencializador pelo fato de permitir às 281 instituições que participaram nas seis cidades-sede conduzissem de forma multidimensional o processo de elaboração do documento, com intenção de instituir e sistematizar a política de esporte nas cidades.

Também este fato encontra espaço de diálogo com a literatura da sociologia do esporte e demonstra o alcance das ações pois de acordo com Bourdieu (1983), a sociedade consome o esporte que se lhes apresenta. Em outras palavras, as instituições que elaboraram os planos de ação, prioritariamente, abdicavam suas especificidades e sua competência técnica numa determinada área para poderem, então, confeccionar um documento suficientemente plural que atendesse os interesses de secretarias, instituições, clubes e/ou federações que por quaisquer motivos não se fizeram presentes.

As discussões, reflexões e redação dos documentos foram mediadas em todas estas cidades por coordenadores do Instituto Esporte e Educação e notadamente o que se vislumbrou foi um conjunto de documentos que privilegiou o esporte educacional, ao esporte de rendimento.

Cabe analisar ainda que: a) promover o esporte para todos era função precípua do projeto e; b) a pretensão de dialogar com toda a sociedade esportiva e de interesse no fomento ao esporte era potencializar o acesso a quaisquer manifestações do esporte, sejam de educação, de lazer ou de alto e altíssimo rendimento.

Um segundo ponto que deve ser analisado diz respeito à sistematização dos dados de esporte em cada cidade-sede. A transição do primeiro para o segundo encontro era marcada pela elaboração de um diagnóstico, ainda que parcial, dos dados referentes ao esporte no município, tais quais, estrutura física, investimento, recursos humanos, financeiros, materiais, estruturais, eventos e projetos.

Os resultados mostraram que os municípios não tem um conjunto confiável de dados sobre atendimentos, projetos e planos esportivos ou os demais itens avaliados. Neste sentido, a elaboração do documento partiu do conhecimento tácito dos membros

presentes e da incipiência das informações obtidas nos diagnósticos. Ressalta-se que este aspecto não demonstra a fragilidade de uma cidade em especial, mas denuncia a urgência de sistematização das informações relacionadas ao esporte e da criação de um sistema municipal de avaliação do esporte.

A partir destas informações, ou até, da ausência delas, deu-se início a elaboração de objetivos e metas peculiares em todas as sedes.

O quadro abaixo demonstra os resultados aglutinados dos planos elaborados, considerando os objetivos que se repetiram em pelo menos três das seis cidades-sede.

Tabela 2: Objetivos mais frequentes nos planos elaborados nas cidades-sede

Objetivo
<i>Contratação de pessoas em regime de urgência</i>
<i>Qualificação dos profissionais do esporte em todas as instâncias</i>
<i>Monitoramento e Avaliação do esporte</i>
<i>Aumento da verba destinada ao Esporte</i>
<i>Aquisição de materiais esportivos e qualificação dos equipamentos</i>

Para facilitar a compreensão realiza-se explicação indispensável dos objetivos supracitados.

1. *Contratação de pessoas em regime de urgência:* em praticamente todas as cidades que receberão o megaevento copa do mundo há necessidade premente de aumento do número de profissionais que atuam com esporte em múltiplas instâncias. Desde professores de Educação Física para atuarem nas escolas, clubes, parques, centros comunitários, equipes de treinamento,

até gestores, técnicos administrativos. As instituições também sinalizam grande dificuldade em qualificar e ampliar seu potencial de atendimento devido à escassez de recursos humanos. Nota-se um gargalo que inviabiliza a ampliação sistêmica do atendimento: recursos humanos. No caso do setor público o processo da contratação é extremamente complexo. Exige planejamento muito antecipado, desde os Planos Diretores decenais, até os Planos Plurianuais com destinações precisamente detalhadas nas

leis de orçamento anual (LOA) e de diretrizes orçamentárias (LDO). Depois de determinadas as linhas orçamentárias inicia-se o processo de elaboração de edital para realização de concurso público. O que se verifica é notadamente um processo longo, burocrático e extremamente intrincado que perpassa gestões. Quanto às instituições do terceiro setor, o processo é menos burocrático, mas igualmente complexo. As instituições dependem do aporte financeiro oriundo dos patrocinadores ou de ampliação de captação de recursos via lei de incentivo. No entanto, ainda que este aporte aconteça, as instituições delongam a ampliação do quadro de colaboradores como forma de conter alavancagem do passivo trabalhista gerado, ou ainda, pela dificuldade em encontrar profissionais com o perfil adequado ao trabalho social. Por fim, no setor privado, o que se observa é a política do *faça mais por menos*, compelindo os funcionários a ampliar o atendimento sem ampliação do número de profissionais. Desveladamente os profissionais que atuam com esportes denunciam uma sobrecarga/um acúmulo de funções e clamam pelo alargamento do grupo de trabalhadores.

2. *Qualificação dos profissionais do esporte em todas as instâncias:* a formação continuada de estagiários, monitores, agentes esportivos comunitários, professores, técnicos e gestores parece ser um fator

fundamental para o aprimoramento do sistema municipal de esportes. As instituições sinalizam necessidade de apoio; as prefeituras precisam de mais parceiras; os professores de Educação Física tem pouco tempo ou incentivo para realizarem cursos de formação continuada. Por vezes os programas de formação são esporádicos, como cursos e palestras, mas não contribuem efetivamente para a qualificação pedagógica do professorado. Outro aspecto importantíssimo diz respeito aos gestores esportivos. Em diversas cidades os administradores são nomeados com funções políticas e desconhecem a gestão do esporte. Neste sentido realizar programas que qualifiquem a prática pedagógica em serviço, atividades de formação continuada são, certamente, uma das melhores estratégias de potencializaros recursos humanos.

3. *Monitoramento e avaliação do esporte:* a realização do projeto em seis cidades-sede demonstrou que uma das principais atividades necessárias em cada uma delas é a sistematização dos dados de atendimento e infraestrutura esportiva. As cidades realizam eventos, programas e projetos de esportes. Secretarias de esportes executam diversos atendimentos. Secretarias de educação oferecem aulas de educação física escolar. As de saúde promovem ações de qualidade de vida por meio de programas de atividade física, entre tantas outras

ações. No entanto, estes dados não são sistematicamente avaliados, unificados, organizados. Impedindo ações intersecretarias articuladas para o fomento ao esporte. As informações sobre o número de equipamentos públicos são pouco fiáveis e, com raras exceções, indicam precisamente condições de uso ou acessibilidade. A amplitude dos atendimentos também depende da articulação de informações das ONGs, das escolas privadas, de agentes voluntários e tantos outros atores do esporte nos municípios. Neste sentido, organizar um sistema municipal de informações sobre esportes é imperativo.

4. *Aumento da verba destinada ao Esporte*: as ações previstas nos planos de ação sinalizam muitas possibilidades de ampliação da prática esportiva, mas sem investimento. Articulação entre instituições e secretarias, inter-instituições e inter-secretarias, mudanças metodológicas, eventos concomitantes, entre tantas outras. No entanto, verificou-se que o recurso destinado ao esporte nos municípios é pífio. As metas estipuladas nas conferências municipais, estaduais e nacional, de destinação de 1% do orçamento municipal para a pasta do esporte não se verificou em nenhuma cidade-sede. Há pequenos avanços. Mas ainda muito incipientes. Algumas cidades ampliam sazonalmente os investimentos em eventos temáticos que promovem a visibilidade das instituições,

prefeituras e outras, mas que não garantem legado de mudança de comportamentos e adoção de hábitos ativos por parte das populações. Vale dizer que, de acordo com os participantes, este modelo também não é que eles mesmos adotariam. Em algumas cidades os investimentos realizados para a promoção de eventos esportivos de alto rendimento não significam, necessariamente, retorno garantido para a pasta, pois os “lucros” obtidos quando da realização dos eventos são direcionados para outros setores. Há ainda um esforço coletivo para a ampliação da porcentagem de investimentos advindos da lei de incentivo ao esporte, assim como a proteção da validade nacional da lei.

5. *Aquisição de materiais esportivos e qualificação dos equipamentos*: a assunção deste objetivo é notadamente paradoxal. De um lado, a ausência de dados suficientemente sistemáticos sobre equipamentos, recursos e materiais desportivos, identificada a partir da precariedade dos diagnósticos, sinaliza a inviabilidade da exata definição de quanto seria necessário construir, reformar, adquirir ou restaurar. Por outro, o cenário nacional denuncia a premência da ampliação e qualificação dos equipamentos, estruturas físicas e dos materiais, quando eles existem. O que se pode afirmar é que notadamente as estruturas de oferecimento de esportes são inadequadas à maioria dos usuários.

O modelo de construção de equipamentos é balizado pelo esporte de rendimento e a maioria dos espaços públicos não possibilita animação comunitária pela ausência de materiais, sejam eles oficiais ou adaptados.

Os planos de ação e os dados de participação corroboram a percepção de Rubio (2008), que é fundamental envolver a sociedade civil na discussão sobre qual legado se pretende quando da realização de um megaevento esportivo.

Indiscutivelmente, se as cidades-sede de megaeventos planejarem antecipadamente legados sociais e esportivos terão maior probabilidade de colherem os frutos da intencionalidade. Por outro lado, na ausência de perspectiva de legado previamente planejado a possibilidade de que ele ocorra é pífia, ou no máximo idealística.

Foram descritos apenas alguns resultados da realização do Projeto Cidades da Copa nas seis primeiras cidades-sede. Há ainda uma gama de boas experiências que poderiam ser pormenorizadas, mas que não cabem no curto espaço deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivos verificar se, e em que medida, as cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 planejaram um legado social e esportivo aproveitando a realização do megaevento como estratégia de fomento à prática esportiva cotidiana e, simultaneamente, apresentar as ações do Projeto Cidades da Copa que tem como desígnio a discussão nacional sobre garantia do direito ao acesso

de todos os cidadãos às práticas esportivas.

Os resultados denunciaram a ausência de planejamentos antecipados de legados socioesportivos nas cidades visitadas. Cabe ressaltar que estes dados não criminalizam as gestões em quaisquer instâncias, uma vez que quando do início da realização do Projeto Cidades da Copa todas se dispuseram prontamente a elaborar documentos e arquitetar estratégias de implementação dos objetivos supra-apresentados.

Legado não quer dizer somente coisas positivas. Quer dizer a herança resultante da ação humana. Portanto, se o que se pretende é um legado positivo, um país que aproveite a janela de oportunidades criada pelos megaeventos esportivos e que adote a prática de esportes e exercícios físicos como comportamento cotidiano dos cidadãos, é de se esperar que ao menos as cidades que sediarão um dos maiores eventos esportivos do planeta se configurem como verdadeiras vitrines de fomento à adoção desses hábitos.

O Projeto Cidades da Copa visitará as demais cidades-sede antes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e pretende se defrontar com inúmeras outras iniciativas análogas em todo o território nacional.

Entende-se que a realização do Projeto Cidades da Copa já é um impacto da Copa, ao possibilitar a discussão e reflexão sobre a garantia do direito a prática esportiva e de rascunhar uma proposta de política de esporte para os maiores municípios do país. Logo, se o projeto deixar de ser a única iniciativa de articulação e discussão em todas as cidades para a prospecção do legado social e esportivo e passar a compor o grupo de ações que pressionam as autoridades e legitimam os interesses sociais, no intuito de um legado positivo para toda a

sociedade, certamente terá cumprido seu maior objetivo. O legado já terá começado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BENTO, J.O. **O outro lado do esporte**. Porto: Campo das Letras, 1997.
- BETTI, M. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas: Papirus, 1998.
- BOURDIEU, P. Como se pode ser esportivo? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRACHT, Walter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997.
- BROHM, J.M. (org). **Deport, cultura y represión**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAIA, A. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- ESTENDER, A.C., VOLPI, A., FITTIPALDI, M.A. **O Legado da Copa do Mundo em 2014**. SIMPOI, 2011.
- FILGUEIRA, J.C.M.. Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte: cidade, cidadania e direitos dos cidadãos. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- GAYA, A.C. Sobre o esporte para crianças e jovens. **Revista Movimento**, vol.13, p.1-14, 2000.
- KORSAKAS, P.; ROSE JUNIOR, D. Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófica pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes**, v. 1, n.1, p.83-93, 2002.
- PILATTI, L.A. Reflexões sobre o Esporte Moderno: perspectivas históricas. **1º Premio INDESP de literatura Esportiva**. Brasília: Instituto Nacional de desenvolvimento do desporto, 1999.
- PRONI, M. W. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: Proni, M.W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte: História e sociedade**, 2002, p. 31-62.
- PREUSS, H. **Economics of the Olympic Games**. Walla Press, 2008.
- REVISTA EF. **Raio-X da Educação Física Escolar**. Ano X, nº 44, p. 18-19, julho de 2012.
- RUBIO, K. (Org) **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte educacional**. Maringá: EUEM, 2010.
- UNESCO. **Carta Internacional de Educação Física e Esporte**. Paris, 1976.

WORLD CUP CITIES PROJECT: movement by the sport legacy of sporting mega events

ABSTRACT

The achievement of sporting mega events is configured as an exceptional opportunity for the promotion of sports in the host cities. For this positive legacy to happen it must be previously planned, executed and monitored. This study aimed to present the national structure of the World Cup Cities Project and analyse the results obtained in six host cities of the FIFA World Cup 2014. The results showed that the social and sports legacy was not planned by public managers and there are no systems of control and evaluation of sport in any of the host cities, until the realization of the project World Cup Cities.

Keywords: Sporting mega events; The FIFA World Cup 2014; sporting legacy.

Recebido em: outubro/2013
Aprovado em: novembro/2013